



GT 04 – Conflitos urbanos, violência e direito à cidade

ENCRIPTAÇÃO DA LINGUAGEM E NARRATIVAS SOBRE RISCO NAS BAIXADAS DE BELÉM (PA)

Ana Carolina de Miranda Tavares ¹
Denise Morado Nascimento ²

Este trabalho tem por objetivo analisar como a construção de narrativas sobre os riscos de alagamento na cidade de Belém contribui para a constituição de formas de encriptação do poder (Sanín-Restrepo e Araújo, 2020)³, que perpetuam estruturas de segregação e exclusão na periferia da cidade. Para isso, parte-se da ideia de que a linguagem desempenha um papel estruturante na produção das cidades e, por meio dela, expressam-se relações de poder que aprofundam a segregação e a violência nos espaços, em grande medida materializadas estruturalmente pelas políticas públicas. Portanto, compreender como as narrativas e os discursos sobre a cidade se apresentam é uma forma de desvelar e descriptar relações de poder. Nessa perspectiva, Bruner (1991)⁴ argumenta que nossas experiências e memórias se organizam por meio de narrativas, as quais são aceitas por convenção e constituem uma versão da realidade que não pode ser testada ou verificada por parâmetros lógicos ou científicos. Assim, as narrativas se fortalecem e alcançam verossimilhança na medida em que são coletivamente aceitas e reforçadas, tornando-se, “não somente uma forma de representar, mas também de constituir realidade” (*ibid.*, p. 4).

Nesse contexto, a encriptação da linguagem configura-se como forma eficaz de perpetuar relações de poder e dominação. A esse respeito, Sanín-Restrepo e Araújo (2020) apresentam a Teoria da Encriptação do Poder (TEP), cuja hipótese descreve a linguagem encriptada, seus canais de comunicação e formas linguísticas, como estratégia usada para tornar o exercício do poder acessível apenas a determinados grupos, ao mesmo tempo em que constrói uma falsa aparência de democracia ao seu redor. Para tanto, a linguagem desempenha um papel indispensável, pois ao se tornar ininteligível e desprovida de significado, faz com que os instrumentos utilizados para o exercício do poder sejam

1 Mestra em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Pará. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: anacmiranda@gmail.com

2 Professora Titular da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais; Coordenadora do grupo PRAXIS-EA/UFMG. E-mail: dmorado@gmail.com

3 SANÍN-RESTREPO, Ricardo; ARAUJO, Marinella Machado. A Teoria da Encriptação do Poder: Itinerário de uma ideia. **Revista da Faculdade Mineira de Direito**, v. 23, n. 45, p. 1-17, 2020.

4 BRUNER, Jerome. A construção narrativa da ¹ide. **Critical inquiry**, v. 18, n. 1, p. 1-21, 1991.



acessíveis apenas aos grupos dominantes. A encriptação da linguagem se manifesta por meio de diferentes canais institucionais, muitas vezes presumidos como próprios dos ritos democráticos, como, por exemplo, a legislação, de forma que as leis são impostas como *simulacros* que condicionam a ação política, tornando-a inacessível para o chamado *povo oculto* - os excluídos, aqueles que não são representados nas instituições.

Nessa perspectiva, a TEP é importante arcabouço teórico-metodológico para desvelar as narrativas acerca dos riscos ambientais e da sua produção social, uma vez que, na história das cidades brasileiras, é muito comum que a identificação de um risco seja utilizada como justificativa para a remoção de populações. Canil e Moretti (2020)⁵ destacam que a classificação de um local como “área de risco” gera a ideia de que esta área seria inviável para a ocupação, mas, na maioria dos casos, o risco não é inerente ao espaço, mas sim construído a partir de um processo de urbanização precário. Logo, se o risco é socialmente construído, ele também pode ser superado por meio de ações que visem mitigar essa precariedade e criar condições seguras para a vida cotidiana.

No entanto, as narrativas mais comuns sobre os riscos negligenciam sua construção socioterritorial e ignoram o papel central do Estado na sua produção e perpetuação. Em Belém, é comum que os setores da mídia local responsabilizem a população pelos alagamentos, argumentando que o despejo de entulhos e resíduos sólidos nas ruas e canais da cidade supostamente obstrui as redes drenagem e ocasiona alagamentos (Figuras 01 e 02). Além disso, é comum atribuir a responsabilidade pelos alagamentos a eventos naturais, como os elevados níveis de precipitação e as marés altas de rios (Figuras 03 e 04). Embora as mudanças climáticas sejam importantes, a literatura tem mostrado que esses eventos naturais são conhecidos, recorrentes e previsíveis; ou seja, possuem uma causalidade, e, portanto, é possível adotar medidas preventivas para evitar maiores danos decorrentes dos alagamentos (Miranda, 2020⁶; Soares e Cruz, 2019⁷).

Figuras 01, 02, 03 e 04 - Manchetes de notícias em jornais belenenses sobre o acúmulo de lixo e a ocorrência de alagamentos



Canais de Belém estão tomados de lixo e entulho

A sujeira nas margens dos canais da capital contribuem para obstrução do sistema de escoamento e alagamentos das ruas e casas próximas.

Por G1 PA — Belém
28/12/2017 17h00 - Atualizado há 6 anos



5 CANIL, Kátia; MORETTI, Ricardo. Desafios para a articulação entre as cartografias de risco e o planejamento territorial. **Diálogos Socioambientais**, v. 3, n. 08, p. 19-23, 2020.

6 MIRANDA, Thales. **A ilusão da igualdade: natureza, justiça ambiental e racismo em Belém**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

7 SOARES, Pedro Paulo; CRUZ, Sandra Helena. A Ecologia Política das inundações urbanas na Bacia do Una em Belém (PA). **Emancipação**, v. 19, n. 1, p. 1-15, 2019.



Chuvas de maio causam alagamentos em Belém e assustam passageiros durante pouso

Temporal desta segunda (19) provocou transtornos em ruas da capital paraense. Segundo o Inmet, pancadas de chuva devem continuar até o fim do mês.

Por g1 Pará — Belém
19/05/2025 19h44 - Atualizado há uma semana

Maré alta causa alagamentos em Belém nesta segunda-feira, 31

Pontos da cidade ficaram alagados com o nível alto da maré.

Por g1 Pará e TV Liberal — Belém
31/03/2025 19h32 - Atualizado há um mês

Fonte: GLOBOPLAY e G1 Pará.

Disponível em: globoplay.globo.com/v/6600571; g1.globo.com/pa/para/noticia/canais-de-belem-estao-tomados-de-lixo-e-entulho.ghtml; g1.globo.com/pa/para/noticia/2025/05/19/chuvas-de-maio-causam-alagamentos-em-belem-e-assustam-passageiros-durante-pouso.ghtml; g1.globo.com/pa/para/noticia/2025/03/31/mare-alta-causa-alagamentos-em-belem-nesta-segunda-feira-31.ghtml. Acesso em: 29 maio 2025.

Portanto, embora exista relação entre o despejo irregular de resíduos e entulhos e a ocorrência de alagamentos, o risco está, em grande medida, associado às deficiências estruturais do sistema de drenagem de Belém, e não ao suposto argumento perverso e reducionista da ‘falta de educação ambiental’ da população. As grandes obras de macrodrenagem realizadas pelo poder público em Belém têm contribuído não apenas para agravar a percepção dos moradores a respeito dos alagamentos nas áreas mais baixas das bacias hidrográficas, mas também para tornar a população dependente de formas institucionalizadas de controle das inundações (Soares e Cruz, 2019). Além disso, a produção imobiliária voltada para a classe média e classe média alta tem sido responsável por um progressivo processo de impermeabilização do solo e perda de capacidade de infiltração nas áreas mais altas da cidade, o que acarreta descargas d’água mais violentas nas baixadas e agrava os alagamentos (Ventura Neto e Moura, 2019⁸). Nesse sentido, a encriptação sobre o papel do Estado e dos agentes imobiliários na produção de situações de risco contribui para justificar ações autoritárias do poder público no que se refere ao manejo de águas na cidade, pois o risco de alagamento frequentemente é utilizado como justificativa para a remoção da população dos terrenos de várzea.

Nas baixadas de Belém, a encriptação do poder também se expressa na operacionalização das intervenções de macrodrenagem e nas remoções decorrentes delas. Por exemplo, nos projetos de macrodrenagem, o poder público frequentemente não define de forma precisa e transparente quais áreas serão desapropriadas, ou altera os limites muitas vezes ao longo da elaboração do projeto, de modo que a população vive sob a ameaça de ser removida a qualquer momento. Além disso, mesmo quando as famílias já tem a confirmação de que serão removidas, muitas vezes não há clareza quanto aos procedimentos que serão

8 VENTURA NETO, Raul; MOURA, Beatriz. Jardins de Granito: Impactos da verticalização sobre as áreas permeáveis da Primeira Léguas Patrimonial de Belém, Pará. **Revista Projetar: Projeto e Percepção do Ambiente Construído**, v. 4, p. 38-53, 2019.



adotados para a compensação da moradia. Nos casos em que as famílias optam pelo recebimento da indenização, o cálculo do valor é encriptado, uma vez que as famílias não compreendem os critérios e elementos físicos considerados nos cálculos, que resultam em valores ínfimos e não atendem às necessidades das famílias para a compra de uma nova moradia (Tavares e Cardoso, 2023⁹). Já nos casos em que as famílias optam por receber uma nova moradia a ser construída por meio de política pública habitacional, o mais comum é que passem anos a fio recebendo auxílio-aluguel (muitas vezes com valores defasados), antes de receberem uma nova moradia. Os moradores das baixadas constituem, portanto, o chamado *povo oculto*, conforme definido por Sanín-Restrepo e Araújo (2020), na medida em que sua agência política é totalmente limitada e seu poder de decisão sobre o próprio território em que vivem é praticamente inexistente.

Todas essas circunstâncias expressam a violência simbólica e patrimonial sofrida pela população moradora das baixadas, e que tem a linguagem como forma central. Os moradores das baixadas sofrem os ônus de uma concepção tecnocrática dos projetos de macrodrenagem, da sistemática redução de áreas verdes e permeáveis nas áreas mais altas da cidade, da histórica carência de infraestrutura nas áreas mais baixas e, por fim, da ruptura das relações de vizinhança e de pertencimento ao lugar, resultante dos deslocamentos. A encriptação da linguagem a respeito dos riscos não apenas é responsável pela transferência da responsabilização sobre os alagamentos para a população, mas também pela simplificação do debate público sobre os alagamentos, ocultando tanto suas causas estruturais quanto possibilidades de pensar em outras formas de tratamento de riscos.

Por fim, cabe destacar que a linguagem hermética e técnica utilizada nos projetos urbanísticos elaborados para as bacias hidrográficas de Belém também representa uma negação dos saberes dos moradores sobre as formas de ocupação das áreas alagáveis. Embora as ocupações nas baixadas apresentem inequívocas fragilidades e precariedades, a ocupação desses territórios é orientada por técnicas construtivas tradicionais utilizadas por populações ribeirinhas para a edificação de moradias nas margens dos rios, em terrenos de várzea e igapó, com o uso de palafitas e esquadros, por exemplo. Além disso, os moradores das baixadas possuem conhecimento empírico a respeito das cheias dos rios, dos pontos de alagamentos e das formas como esses eventos impactam suas vidas.

Conclui-se, portanto, que as narrativas construídas pela mídia e pelo planejamento urbano, que atribuem os alagamentos em Belém ao descarte de lixo por parte da população

⁹ TAVARES, Ana Carolina; CARDOSO, Ana Cláudia. Ciclos de remoções em Belém (PA): a Bacia do Tucunduba e a reprodução da precariedade. **Revista Brasileira De Estudos Urbanos e Regionais**, v. 25, 2023.



ou às chamadas “chuvas históricas”, servem para encobrir o papel desempenhado pelo Estado e pelo mercado imobiliário na construção social do risco. Como consequência, a forma como o poder público escolhe “tratar” a questão do risco de alagamento não é por meio de medidas para reduzir o risco ou adaptar os territórios a ele, mas simplesmente pela eliminação da exposição ao risco por meio das remoções. É dessa forma que as relações de dominação e as estruturas de exclusão se perpetuam nas baixadas de Belém, tendo o fator “risco” e a linguagem como elementos centrais para subsidiar a encriptação do poder.

REFERÊNCIAS

BRUNER, Jerome. A construção narrativa da realidade. **Critical inquiry**, v. 18, n. 1, p. 1-21, 1991.

CANIL, Kátia; MORETTI, Ricardo. Desafios para a articulação entre as cartografias de risco e o planejamento territorial. **Diálogos Socioambientais**, v. 3, n. 08, p. 19-23, 2020.

MIRANDA, Thales. **A ilusão da igualdade: natureza, justiça ambiental e racismo em Belém**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

SANÍN-RESTREPO, Ricardo; ARAUJO, Marinella Machado. A Teoria da Encriptação do Poder: Itinerário de uma ideia. **Revista da Faculdade Mineira de Direito**, v. 23, n. 45, p. 1-17, 2020.

SOARES, Pedro Paulo; CRUZ, Sandra Helena. A Ecologia Política das inundações urbanas na Bacia do Una em Belém (PA). **Emancipação**, v. 19, n. 1, p. 1-15, 2019.

TAVARES, Ana Carolina; CARDOSO, Ana Cláudia. Ciclos de remoções em Belém (PA): a Bacia do Tucunduba e a reprodução da precariedade. **Revista Brasileira De Estudos Urbanos e Regionais**, v. 25, 2023.

VENTURA NETO, Raul; MOURA, Beatriz. Jardins de Granito: Impactos da verticalização sobre as áreas permeáveis da Primeira Légua Patrimonial de Belém, Pará. **Revista Projetar: Projeto e Percepção do Ambiente Construído**, v. 4, p. 38-53, 2019.